

Capítulo V

Vila de Abrantes

Robert C. Smith

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SMITH, RC. Vila de Abrantes. In: *Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos da sua história* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 57-62. Nordestina collection. ISBN 978-85-232-1158-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO V: VILA DE ABRANTES

A VILLA DE ABRANTES, DA COMARCA DO NORTE

[COLORIDA: .483m x .342m]

ENTRE as numerosas plantas e vistas de povoações coloniais do Arquivo Histórico Colonial,⁵² existe uma representação de uma antiga aldeia de índios baiana. É a Aldeia do Espírito Santo, hoje município de Abrantes, uma das quatro primeiras povoações estabelecidas pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil para catequizar os nativos e dilatar a santa Fé. Princiada em 1558, nove anos após a fundação da própria Bahia, serviu a aldeia de asilo ao bispo D. Marcos Teixeira, os Jesuitas e clero secular da cidade do Salvador, durante a tomada da Bahia pelos holandeses em 1624. Ficou por algum tempo um campo armado, centro de heroica e triunfante resistência. Foi reconstituída em 1641, e remodelada em 1689. Separada a administração eclesiástica da civil em 1758, alcançou a antiga aldeia Jesuítica a dignidade de vila, tomando o nome de Abrantes.⁵³

A planta faz parte de uma série de cinco vistas topográficas de localidades baianas, inclusive a vila de Santarém e a aldeia de S. Fidelis, ambas pertencentes à comarca dos Ilheus, a aldeia de N. S. dos Prazeres de Jequiriçá e a de Massarandúpio.⁵⁴ Foram executadas sob a direção de

Domingos Alves Branco Moniz Barreto, ex-capitão do regimento de Infantaria de Extremoz e escriturário da contadoria geral da Junta da Real Fazenda da capitania da Bahia,⁵⁵ futuro Sargento-mór e comandante do presídio do Morro de S. Paulo na Bahia.⁵⁶ Filho de Domingos Alves Branco e de sua mulher Mariana da Glória Moniz Barreto,⁵⁷ foi-lhe concedido o hábito da Ordem de S. Bento de Aviz em 25 de maio de 1793.⁵⁸ No ano seguinte, pediu à Senhora D. Maria I a propriedade vitalícia do ofício de Intendente da Marinha e Armazens Reais da Bahia em consideração de vários serviços por ele prestados à Coroa de Portugal. Entre eles figura no seu requerimento a ida em visita da inspeção, a sua própria custa, a certas vilas e aldeias baianas, cujos habitantes índios “se achavão descontentes e hum grande número dispersos das suas habitações, esquecidos muitos delles dos dogmas da religião, vivendo como brutos à lei da natureza, differindo bem pouco dos bárbaros gentios, o que para o futuro viria a ser de funestas consequências para o Estado....”⁵⁹ Visitou as povoações, como afirma “a fim de socegar, como socegou, os mesmos Índios, embaraçar a sua continuada fuga e reduzi-los a procurar as suas antigas habitações e virem proovar as villas e aldéas que tinham abandonado e a viverem em paz e obediência e instruir-se de novo nos actos de religião christã.”⁶⁰

Para sua missão, preparou Domingos Alves Branco Moniz Barreto “à custa de sua fazenda, muitas offertas a todos os Indios e Indias, assim pequenos como adultos, a saber missanga, contas, veronicas, estampas, livros espirituaes, agulhas, linhas, dedaes, tesouras, brincos, pentes, navalhas, fitas, etc. e fazendas para vestuário e ferramentas para o trabalho da lavoura...”⁶¹

Durante a jornada foram feitas as plantas, provavelmente nos anos imediatamente antes de 1792, data em que se juntaram alguns atestados de autoridades religiosas e civis dos lugares visitados por Domingos Alves Branco Moniz Barreto e seus companheiros.⁶²

Na descrição que da vila de Abrantes preparou, fez as seguintes observações: “Fica esta Villa distante da cidade da Bahia 8 legoas. He huma das mais bem situadas, em que me achei, amena, e muito apra-

zível, athe pellos excelentes e agradáveis passeios que tem por fora da povoação. O número do seus habitantes era muito diminuto e não chegava a 100 índios, não só pela diversão que tem feito para as aldêas e Missões de Natuba, sertão muito distante e ainda para fora da Capitania, mas principalmente para as visinhanças da Aldêa de Massarão-dupio, o que também deu motivo ao Governador e Capitão General para me incumbir a diligência de os fazer tornar as suas povoações, além da principal que foi de Fazer levantar as cazas incendiadas na Missão de Massarãodúpio, como se mostra no seu devido e competente logar. Os Indios que achei nesta Villa he gente muito dada ao trabalho da lavoira, sendo a sua principal força a plantação da mandioca, de que fazem a melhor farinha para seu sustento, e o muito que lhes sobra a reputação na cidade. Além d'isso, plantão **algodão**, que produz muito de fina felpa, porém não corresponde o lucro ao trabalho, porque no tempo próprio da colheita lhe cae quasi sempre hum certo orvalho, que apodrece muitos cazulos. Os indios que não tem lavoira se empregão em huma grande **olaria**, ali estabelecida de telha e tijolo, que eu achei em alguma deterioração e promovi do modo possivel o seu adiantamento fazendo de novo salariar 2 homens, que mandei convidar das olarias da villa de Jaguaripe para os ensinar também a fabricar louças para o uso ordinário das cozinhas. Observei também a docilidade e boa inclinação dos pequenos Indios e a sua aptidão para o estudo das primeiras letras e ainda para muitas sciencias, o que não poderão conseguir, pela falta de directores capazes, que a maior parte delles tem sido, como o actual que ali reside, não só ignorante, mas de pessimos costumes. Desta povoação os Indios que estavam fugidos pude fazer recolher as suas antigas habitações, ainda com insano trabalho, 22 cazaes e 9 Indios solteiros, a saber: 8 cazaes e 6 Indios solteiros que estavam em cazas de diversos parentes na Aldêa de Massarão-dupio e 14 cazaes e 3 índios solteiros que os achei nas terras desde o rio Jacuipe athe os campos do Bibó.”⁶³

Assim era a vila de Abrantes quando o curioso viajante mandou tirar a planta do Arquivo Histórico Colonial Português. (Figura 8)

Foi o desenhista uma dessas “pessoas que o acompanharão nestas diligências” pagas por ele pelos “mais serviços que constão dos mapas das villas e aldeas.” Mostra a pequena povoação ao redor da praça central dentro da qual se veem o cruzeiro e o pelourinho, este ficando sem os seus ferros habituais. Dos quatro ângulos partem as diversas estradas que ligavam a antiga Aldeia do Espirito Santo com o resto da Bahia: (H) “Estrada que vae ter a Capoame e á Feira do gado, que vem dos sertões, para fornecimento da cidade”; (I) “Estrada do Arambebe e geral da povoação da Torre e sertões”; (L) “Estrada seguida para os sítios onde tem os Indios a repartição das terras da sua cultura, que arrendão alguns porções e vários moradores portugueses”; (M) “Estrada que vae ter á freguesia de S. Amaro da Ipitanga”; (N) “Estrada que vem do Rio de Joannes, caminho geral e único da cidade pra esta villa.”

Domina na praça a antiga igreja dos padres da Companhia. Encostada ao seu lado fica a ala da residência, nessa época ocupada pelo vigário de Abrantes, Padre Rodrigues de Oliveira.⁶⁴ Ostenta ainda este edifício o seu alpendre de entrada, característico dominante da arquitetura Jesuítica. A fachada⁶⁵ da então matriz, com suas linhas pesadas, quadradas, da renascença portuguesa, revela a disposição típica dessa categoria de construções, até a janelinha circular do frontispício e os dois obeliscos de pedra, únicos adornos da singela fachada. Só uma torre está ao lado da igreja e termina com uma sineira ou “espadana”, de feitiço talvez mais espanhol que português. A construção do templo de Abrantes parece ter sido da época da reforma da aldeia, em 1689. Lembra outras igrejas **extra-muris** deste período, como a de Camamú de Nazaré e a de S. Lourenço de Itaparica.⁶⁶ Aparecem na planta vestígios da velha cerca conventual.

A Casa da Câmara, edifício quadrado e coberto de telha, possui uma fachada dividida por pilastras e uma grande janela com grades de ferro, ou mais provavelmente, de pau. As outras casas, todas como a da Câmara de um só andar, incluem pequena parte das 65 residências de índios notadas por Domingos Barreto “morando em muitas 6 ou 8 famílias de mistura.” Na casa (F) vivia o Capitão-mór índio, um dos

quais, Matias de Araújo, habitante da aldeia em 1668, vem citado pelo Padre Serafim Leite.⁶⁷ Na casa (E) residia o Escrivão Diretor. Os restos da grande olaria ocupam o lugar D da planta.

De toda a série, o mapa de Abrantes é indiscutivelmente o mais interessante, dada a importância da sua matriz dentro da rede de monumentos baianos da Companhia de Jesus.⁶⁸ Destruídos ou mutilados, como são quase todos, reganham alguns sua fisionomia antiga do século XVII, graças a desenhos como este preciosíssimo documento, e outros da coleção do Arquivo Militar.

Desenhos como estes têm um valor especial para a história da arte. Corroborando e elucidando as descrições escritas, evocam de uma maneira impressionante a imagem da terra, como os retratos resguardam o caráter da gente. Nessa pequena coleção de plantas, mapas e elevações revivem a Bahia dos séculos XVII e XVIII. O “modelo da Alfândega” representa em terminologia exata o tipo de arquitetura oficial do segundo século da colonização no Brasil. Reúne nas suas linhas as qualidades das típicas construções civis – as casas da câmara, residências dos governadores, cadeias – do século XVII. A planta da igreja da Palma, com seus toscos losangos e clássica sacristia munida de armário, arcaz e lavatório, conta as primeiras manifestações de permanência, senão de monumentalidade na arquitetura religiosa do Brasil. Fora de alguns raros templos da Companhia de Jesus, que ainda mantêm quase intato seu caráter seiscentista, a maioria das construções daquela época sobrevive hoje em grande parte modificada, como a própria igreja da Palma de Salvador. Graças ao desenho do Arquivo Histórico Colonial Português, pode-se reconstituir, embora parcialmente, o aspecto primitivo do vetusto tempo de 1630-1670. A planta do convento de N. S. da Lapa, preciosa relíquia do grandioso projeto de meados do século XVIII evoca o estilo colonial já na sua fase mais desenvolvida. Estes três desenhos, com planta da Casa da Pólvora, são todos obra dos engenheiros militares, que em tantas ocasiões, tomaram conta de arquitetura civil. Constituem valiosas ligações com os muitíssimos documentos e referências históricas às atividades dos en-

genheiros militares. O mapa de Abrantes toca numa das maiores epopéias da América colonial, a civilização dos índios pelos padres da Companhia de Jesus. Reflete-se na singela residência, com alpendre característico na igreja sólida e austera, nas modestas casas dispostas em ordem ao redor da vasta praça, com os símbolos dos dois poderes no cruzeiro e no pelourinho que lá estão. Estabelece relações com outras aldeias Jesuíticas de terras longínquas, do Maranhão e do Pará, da Argentina e do Paraguai, formando ligações também com a América do Norte, cujas missões primitivas são, por assim dizer, o primeiro enlace arquitetônico dos dois continentes. Através deste, como de cada um dos desenhos, respira-se a ordem, honesta e sincera, daquele grande estilo da Renascença ibérica, que foi uma das mais sólidas bases da cultura baiana, que neste Congresso se estuda.